



CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma

LEI N° 1427/1967

Ementa

FIXA ATRIBUIÇÕES AO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CULTURAL DE JUNDIAÍ.

Data da Norma 16/05/1967	Data de Publicação 19/05/1967	Veículo de Publicação Diário de Jundiaí
------------------------------------	---	---

Matéria Legislativa

[**Projeto de Lei nº 2017/1967**](#) - Autoria: Geraldo Dias

Status de Vigência

Revogada

Observações

Veto Parcial Rejeitado

Autor: GERALDO DIAS

Histórico de Alterações

Data da Norma 30/06/1967 17/02/1971	Norma Relacionada Lei nº 1438/1967 Lei nº 1777/1971
--	--

Efeito da Norma Relacionada Alterada por Revogada por
--

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ



REJEITADO
Sessão de 16/5/1967
PRESIDENTE

LEI N° 1.427, DE 16 DE MAIO DE 1967 -

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em sessão realizada no dia 3/5/1967, PROMULGA a seguinte lei: - - - - -

Art. 1º - O Conselho Municipal de Assistência Social e Cultural de Jundiaí, passa a ter as atribuições fixadas nesta lei.

§ 1º - Vetoado ...

§ 2º - Vetoado ...

§ 3º - O Conselho se destinará ao atendimento das entidades assistenciais e culturais do Município, declaradas em lei de utilidade pública, na forma da lei n° 942, de 26 de setembro de 1961.

§ 4º - Vetoado ...

§ 5º - Vetoado ...

Art. 2º - São atribuições do Conselho:

a) - planificar e propor ao chefe do Executivo a distribuição dos auxílios às entidades locais e de fora, em condições de receber-lhos, de acordo com a Lei 942/61;

b) - propor convênio com as entidades de outros municípios, que supram a insuficiência das locais;

c) - fiscalizar a atividade social da entidade, apresentando a este respeito relatório circunstanciado.

Art. 3º - Dos orçamentos municipais constarão as dotações próprias ao cumprimento desta lei, não devendo ser inferiores a 10% (dez por cento) dos impostos municipais previstos para o exercício.

§ 1º - Na distribuição da percentagem a que se refere este artigo, serão considerados:

a) - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - 9% (nove - por cento);

b) - FUNDO DE ASSISTÊNCIA CULTURAL - 1% (um - por cento).

§ 2º - Do Fundo de Assistência Social serão ex-

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ



(fls.2)

empregados, obrigatoriamente, 45% (quarenta e cinco por cento) para assistência ao menor.

Art. 4º - As deliberações do Conselho, inclusive aprovação de planos e relatórios, serão feitas em reunião, com a presença da maioria de seus membros, e pelo voto da maioria dos presentes.

Parágrafo único - O Conselho deverá organizar, no prazo de 90 (noventa) dias, o seu Regimento Interno.

Art. 5º - O Conselho fará publicar a relação das entidades beneficiadas, com as respectivas importâncias.

§ 1º - De publicação, as entidades que se julgarem prejudicadas terão 15 (quinze) dias contados da data da publicação, para apresentar reclamação que será apreciada pelo Conselho, dentro de 10 (dez) dias.

§ 2º - A deliberação do Conselho, sobre a reclamação, será publicada, em resumo, dentro de 5 (cinco) dias após a sua decisão. Esta deliberação será definitiva e não admitirá qualquer outra reclamação.

§ 3º - Cumpridas as formalidades do parágrafo anterior, o Conselho redigirá ante-projeto de lei de concessão de auxílios e o submeterá à apreciação do chefe do Executivo.

§ 4º - O ante-projeto deverá ser instruído com um relatório amplo e circunstanciado sobre as entidades a serem beneficiadas, bem como uma justificativa, que esclareça convenientemente a distribuição proposta de auxílios.

Art. 5º - Fica o chefe do Executivo autorizado a adquirir aparelhos ortopédicos até o preço máximo de R\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros novos), a serem doados às pessoas necessitadas, em cada exercício financeiro.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Vetoado ...

pedro favare
(Pedro Favare)

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NA DIRETORIA ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL
aos 16 de maio de 1967.

prefeitura
P/D (DIRETOR ADMINISTRATIVO)



CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

- LEI Nº 1.427 - de 16 de maio de 1.967 -

O Presidente da Câmara Municipal de Jundiaí, de acordo - com o que deliberou o Plenário, em Sessão Extraordinária realizada no dia 24 de maio de 1.967, usando da faculdade que lhe confere o § 8º - do artigo 22 da Lei Estadual nº 9.205, de 28 de dezembro de 1.965, - PROMULGA as seguintes disposições vetadas da Lei nº 1.427, de 16 de - maio de 1.967, as quais entram em vigor na data de sua publicação:

Art. 1º -

§ 1º - O Conselho se comporá de 7 (sete) membros, sendo: 1 (um) Advogado, indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil - Secção de Jundiaí; 1 (um) Contador, indicado pela Associação dos Contabilistas de Jundiaí; 1 (um) Assistente Social, indicado pelo chefe do Executivo; O Diretor da Fazenda e o diretor da Diretoria de Educação e - Assistência Social da Municipalidade e 2 (dois) Vereadores.

§ 2º - Os membros do Conselho terão mandato por um (1) - ano, podendo ser substituídos ou mantidos, decorrido este prazo legal, com exceção dos diretores da Fazenda e de Educação e Assistência So - cial da Municipalidade, que serão sempre membros efetivos, em razão - dos seus cargos.

§ 3º -

§ 4º - Os representantes do Legislativo serão indicados pela Mesa, com a aprovação do Plenário. Os demais membros serão convidados pelo chefe do Executivo, com exceção dos dois diretores da Muni - cipalidade.

§ 5º - Nenhum membro do Conselho poderá estar ligado a - nenhuma das entidades a serem beneficiadas.

Art. 8º - Ficam revogadas as Leis 1.043, de 29 de outubro de 1.962 e 1.385, de 25 de outubro de 1.966, os artigos 2º, 5º, 6º, - 7º, 11 e 16, da Lei 942/61, e demais disposições em contrário.

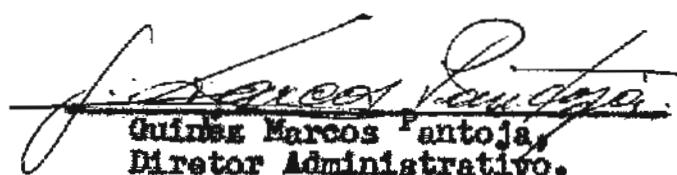
Câmara Municipal de Jundiaí, em vinte e seis de maio de mil novecentos e sessenta e sete. (26/5/1.967).

Décio de Almeida,
Presidente.



CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

Publicada e registrada na Secretaria Geral da Câmara Municipal de Jundiaí, em vinte e seis de maio de mil novecentos e setenta e sete. (26/5/1 967)


Geraldo Pantoja
Quintero Marcos Pantoja
Diretor Administrativo.